

# memória CULT



Ouro Preto - MG - Brasil - Ano VII - nº21 - abril de 2017

[memoriacult.com](http://memoriacult.com)



## O Museu do Índio: ícone do indigenismo brasileiro

por José Renato de Castro Cesar



## Pedras e Símbolos em MG

por Marcos Paulo de Souza Miranda



Entrevista: Herbert Carneiro

Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais



**imagens falam mais que palavras!**

**Av. Getúlio Vargas, 350**  
**centro - São Lourenço - MG**  
**(35) 3332 4150**  
**[www.paivafrade.com.br](http://www.paivafrade.com.br)**  
**[paivafrade@paivafrade.com.br](mailto:paivafrade@paivafrade.com.br)**



**N**este número 21, a revista Memória CULT apresenta, como entrevistado, o Desembargador Herbert Carneiro, um magistrado de escol que honra o Judiciário mineiro. Ele discorre sobre seus projetos para a instituição e seu viés cultural.

Temos ainda o lançamento do Juiz Bruno Terra Dias, ex-presidente da AMAGIS, um apaixonado por Belo Horizonte.

Em memória de Roque Camello, por Mauro Werkema, que discorre sobre a extrema e culta biografia do criador do “Dia de Minas”.

Lúcio Costa 115 anos e Zé Aparecido 88 anos, por Silvestre Gorgulho, que homenageia dois personagens umbilicalmente ligados à capital, Brasília.

Uma Bela Viagem ao Rio São Francisco, por Zanoni Neves, cujo título, por si só rende uma grande homenagem ao famoso rio.

O Museu do Índio: ícone do indigenismo brasileiro, por José Renato de Castro Cesar, motrou as peculiaridades e a riqueza da cultura indígena brasileira.

Memória Telegráfica, por Geraldo Veloso, uma recordação do cinema pelo seu grande historiador.

Constança do Serro Frio: escravos libertos nas MG no séc XIX, por Yonne de Souza Grossi, que nos motra parte da história escravagista no Brasil.

Pedras e Símbolos em MG, por Marcos Paulo de Souza Miranda, o promotor que luta diurnamente pelo nosso patrimônio discorre sobre essa interessante leitura.

Finalizando, desejamos a todos os nossos caros leitores uma boa distração nas páginas desta revista salientando que [memoriacult.com](http://memoriacult.com) e/ou [memoriacult.com.br](http://memoriacult.com.br) é nosso endereço eletrônico.



### **Eugênio Ferraz**

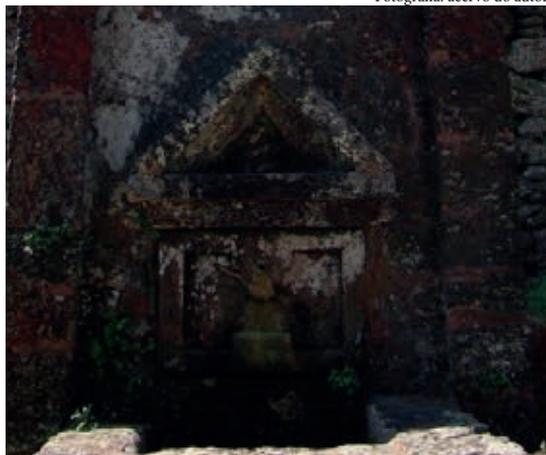
Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi seu Superintendente em MG de 1998 a 2011 e, a seguir, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



## Sumário

Fotografia: acervo do autor



**30 Pedras e Símbolos em MG**  
por Marcos Paulo de Souza Miranda

Fotografia: acervo do autor



**18 O Museu do Índio: ícone do indigenismo brasileiro** | por José Renato de Castro Cesar

**04 Página do Artista**

**09 Em Memória de Roque Camello**  
por Mauro Werkema

**05 Entrevista Herbert Carneiro**  
por Petrônio Souza

**10 Lúcio Costa 115 | Zé Aparecido 88**  
por Silvestre Gorgulho

**08 Ortografia Amorosa**  
Livro do Juiz Bruno Terra Dias

**15 Uma bela viagem ao Rio São Francisco**  
por Zanoni Neves

**24 Memória Telegráfica**  
por Geraldo Veloso

**26 Constança do Serro Frio | escravos libertos nas MG no séc XIX**  
por Yonne de Souza Grossi



## Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: **memoriacult@gmail.com**. A Memória CULT poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Com meus cordiais cumprimentos, acuso o recebimento de um exemplar da revista Memória CULT, número 19, com várias matérias de interesse cultural e histórico. Agradeço pela remessa, congratulando-me com o lançamento de mais esse importante trabalho cultural, que merece nossos aplausos.

Com apreço

**Bonifácio de Andrada**  
**Deputado Federal**

Fotografia: Eugênio Ferraz



*O entrevistado da última edição,  
Emanuel Carneiro.*

Não me canso de cumprimentá-lo pelo excelente trabalho feito por você sobre nossa área cultural. É alegria receber “memória Cult”, sempre a nos trazer assuntos da maior relevância.

Já tinha lido o Manoel Hygino discorrendo no Hoje em Dia sobre este último número e foi com interesse que eu cheguei às páginas da revista onde me impressionou os dados oferecidos por Marcos Paulo de Souza Miranda sobre o comércio ilícito de artes sacras.

Meu afetuoso abraço.

**Yeda Prates Bernis**  
**Membro da Academia**  
**Mineira de Letras**

## ÚLTIMA EDIÇÃO



A edição número 20 da Revista Memória **CULT**, registrou os 10 anos de fundação do INHOTIM, os 150 anos do bloco de carnaval Zé Pereira dos Lacaio de Ouro Preto, dentre outros assuntos. O entrevistado foi Emanuel Carneiro.

## EXPEDIENTE **memória** **CULT**

memoriacult.com

**Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano VII - nº21 - abril de 2017**  
**Diretor Executivo e Editor Geral** | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG  
**Editor** | Petrônio Souza - Reg.: 7.124-MG  
**Projeto Gráfico** | Raphael Simões  
**Revisão Ortográfica** | Acácio Cândido da Silveira Santos

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

## Artista da capa



**D**esta vez não há artista na capa! Há sim, a imagem da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, que, neste 2017, em sua 7ª edição, foi transferida para a Semana do Meio Ambiente, em substituição às edições anteriores, na Semana da Água.

Da mesma forma, quer seja em uma ou em outra data marcante, a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço homenageia personalidades que se destacaram em prol da disseminação, incentivo, apoio e divulgação das atividades relacionadas ao Turismo, à Preservação Ecológica e Ambiental, além do Desenvolvimento Socioeconômico e Cultural de São Lourenço, engrandecendo e dignificando o Município, o Estado de Minas Gerais e o País, não se restringindo à sugestão de seu próprio nome.

Também não se trata de uma única data de agradecimento, e sim, de uma sucessão de eventos que marcam sua presença diferenciada no arcabouço medalhístico de Minas.

Conheça-o mais no site:

[www.comendaambientalsl.com.br](http://www.comendaambientalsl.com.br)





# Desembargador Herbert Carneiro, Presidente do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**. Um magistrado voltado para a cultura...



Fotografia: acervo do entrevistado

O Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, mineiro de boa cepa, da famosa Conceição do Mato Dentro, terra do famoso mineiro José Aparecido de Oliveira, que também é homenageado nesta edição da Memória CULT, é um homem de cultura.

Como diz em sua entrevista, ele, quando Presidente da AMAGIS, apoiou vigorosamente, edições do Livro de Graça na Praça, além de outros projetos culturais de relevo. Sua visão do Judiciário fica bem nítida na entrevista concedida, cujas perguntas formuladas pelo jornalista Petrônio Souza Gonçalves focam diferentes ângulos desse personagem humano e ímpar entre seus pares...

*Não é pelo fato de ter praticado um crime que a pessoa deva ser presa. Ela pode ter uma pena adequada à gravidade do crime cometido.*

*Consolidar a cultura de conciliação e a mediação é uma das premissas do Tribunal e temos trabalhado para isso.*

**O senhor vem de uma cidade histórica do interior de Minas que deu grandes homens públicos para Minas Gerais e para o Brasil. Queria pedir ao senhor para falar um pouco de sua formação neste cenário.**

Ser cidadão de Conceição do Mato Dentro, cidade histórica cuja riqueza cultural e social influenciou a formação do povo mineiro, tem um profundo significado na minha vida. Os valores que ali formei, graças à convivência familiar, com amigos, nas relações sociais, carregou em minha história. A força dessa terra e a fé desse povo constituem parte indissociável do que sou.

**O senhor tem uma vida exitosa na magistratura, ocupando os mais importantes postos em nosso Estado. Como se deu sua carreira no Direito? E da Advocacia para o TJ, como foi?**

O Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais foi meu único patrão. São quase 36 anos de serviços prestados, primeiramente, como servidor, e, há mais de 24 anos, como magistrado. Aprendi, naturalmente, a gostar do Poder Judiciário, querer o bem dele e vê-lo cada vez mais prestigiado e respeitado, prestando serviços de melhor qualidade ao povo mineiro. Minha maior motivação é fazer com que o Poder Judiciário mineiro continue aprimorando a boa qualidade dos seus serviços para atender bem o cidadão.

**No Brasil de hoje, de tantos escândalos e crimes bárbaros, qual a sua visão das penas alternativas?**

As penas alternativas são ferramentas fundamentais, pois permitem que todos aqueles que tenham cometido algum tipo de crime se submetam a uma pena - ou conjunto de penas - com tratamento diferenciado do encarceramento, evitando-se assim que o indivíduo quebre seus vínculos familiares, de emprego... e se exponha a outros tipos de práticas criminais, antes desconhecidas ou não praticadas. Não é pelo fato de ter praticado um crime que a pessoa deva ser presa. Ela pode ter uma pena adequada à gravidade do crime cometido.

**Recentemente o senhor exerceu também a presidência da AMAGIS, quando ficou evidenciada sua sensibilidade cultural. Queria que o senhor detalhasse um pouco dessa sua faceta. Da presidência da AMAGIS para a presidência do TJ, o que o senhor traz dessa convivência e experiência?**

O apoio e incentivo a ações culturais permanecem presentes. Durante minha gestão na Amagis, apoiamos projetos como o 'Livro de Graça na Praça', que tem sido realizado anualmente, além de uma edição do Projeto Sempre um Papo com o escritor Affonso Romano de Sant'Anna. E, no Tri-

bunal, uma das minhas propostas de gestão é a ampliação e qualificação de investimentos em projetos culturais e de preservação da memória. No TJMG, temos a Memória do Judiciário – MEJUD. Criada em 1988, ela tem um papel fundamental no resgate, na preservação, na perpetuação e na construção da história do Tribunal de Justiça. Além disso, o CineclubesTJ tem sessões mensais comentadas e abertas ao público. No Fórum Lafayette, a galeria de arte exhibe obras de artistas plásticos, permanentemente.

#### **E quais os projetos de primeira hora para o TJ?**

O primeiro e mais importante é o de aprimorar a qualidade do serviço público que deve ser prestado aos cidadãos mineiros. Sabemos das dificuldades do atual momento, especialmente, por questões econômicas, que acabam afetando também o Tribunal. O que tem prevalecido nesta gestão, no nosso dia a dia, é a valorização do magistrado, do servidor e o uso da criatividade para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Temos buscado maior aproximação das autoridades ligadas à área da segurança pública, para assinar atos normativos e aprimorar a política de execução penal no estado, além de implementar programas que aceleram o julgamento de processos criminais, reduzindo acervos em diversas comarcas mineiras. São exemplos o programa “Julgar: Rede Ampliada de Justiça Criminal” e a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (Seeu). O primeiro tem como objetivo aumentar a produtividade nas comarcas de Minas com maior número de demandas nas varas criminais. Para isso, são agendados júris extras com o auxílio de magistrados cooperadores. Já o Seeu, é uma ferramenta eletrônica que informatiza a execução penal e permite o cumprimento dos prazos de progressões e benefícios. Atualmente, mais de 20.000 presos já estão incluídos neste sistema, o que equivale a cerca de 30% da população no estado. A previsão é chegar, ao final de 2018, a 93% dessa população.

Consolidar a cultura de conciliação e a mediação é uma das premissas do Tribunal e temos trabalhado para isso. Segundo dados do CNJ, nosso Estado é o 2º em número de conciliações e contamos em Minas Gerais com 102 Centros de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS).

**Quer saber do senhor qual a sua opinião quanto a revista Memória CULT.**

Uma publicação ímpar que traz conteúdo inspirador para instituições – como foi o caso da revista MagisCultura, da Amagis, que ainda hoje é publicada.

*no Tribunal,  
uma das minhas  
propostas de  
gestão é a  
ampliação e  
qualificação de  
investimentos  
em projetos  
culturais e de  
preservação da  
memória. No  
TJMG, temos  
a Memória  
do Judiciário  
– MEJUD.*

# Bruno Terra Dias Lança livro de estreia: “Ortografia Amorosa”

O escritor Bruno Terra Dias lançará o livro “Ortografia Amorosa”. Contos, crônicas e poesias reunidos em volume editado em papel couché fosco, ilustrado pela artista plástica Sandra Bianchi, com páginas de homenagens a Belo Horizonte e seus personagens, alguns históricos e outros fictícios, em declamações de amor à terra mãe. É o primeiro livro do magistrado que agora estreia no mercado literário se revelando um múltiplo escritor.

*“Há marcada franqueza  
em tudo que a formal grafia esquece.*

*Belo Horizonte, esquiva e sinuosa,  
planta da correção imperfeita: saborosa.”*

Coleção de imagens em linguagem convidativa, com intertextos que a memória resgata sem esforço, com prazer de quem furta com os olhos e delicia com a imaginação. Mauve Brun e Hélio, em dois tempos, são os melhores exemplos da criação e do retrato de arquitetura urbana em prosa. A invocação de Coulanges, O Confessor Ideal, não faz menos, como Cenas Deletadas de Um Quarto Partido, em que tantos leitores certamente identificam passagens de suas vidas ou crônicas que talvez sejam verdadeiras.

Bruno Terra Dias, além de juiz de direito, escreve regularmente para jornais e revistas. Quando foi presidente da AMAGIS, associação dos magistrados, criou a revista MAGISCULTURA, dedicada à cultura e a história de Minas, sendo considerada uma das grandes publicações no seguimento em Minas e no Brasil. Por suas atividades como promotor de Justiça, delgado de polícia e bancário, residiu em várias cidades mineiras, colecionando assim história e curiosidades de todo o Estado, o que inspirou boas histórias do livro que tem a capital mineira como cenário permanente.

No prefácio, o escritor Olavo Romano afirma que “a estética insinuante e refinada, que começa e termina na cidade de Belo Horizonte”. A capital mineira é um grande cenário para as crônicas que estão no livro. Já na apresentação, lemos que “não é pouco, e é apenas o começo de uma carreira literária” que Eugênio Ferraz enaltece. Por sua vez, o personagem Amaro Fagundes guarda seus segredos, que somente revela ao flâneur, na euforia do que revela e protege a janela, em matizes que comandam prosseguir.

Fotografia: acervo do autor



*Nilson Reis (presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais), José Martinho Nunes Coelho (juiz aposentado), José Afranio Vilela (desembargador), Eugenio Ferraz (presidente da Imprensa Oficial de Minas Gerais), Bruno Terra Dias e Aristoteles Atheniense (advogado)*



# Em memória de Roque Camello

Mauro Werkema\*



Fotografia: acervo do homenageado

A morte de Roque Camello nos deixa um sentimento que transcende a tristeza pela perda do homem cordial, culto, professor e educador, historiador, político, cidadão exemplar, com elevado senso ético, incansável defensor de Mariana e seu patrimônio cultural e cívico. Fica-nos a sensação de que perdemos um dos mais distintos e marcantes vultos da mineiridade, traço que distingue os mineiros na História do Brasil por características singulares muito próprias das cidades históricas e particularmente de Mariana, cidade matriz de Minas, primeira capital e vila, entre muitas primazias na formação da nacionalidade brasileira. Roque era um destes mineiros de que nos falam Drummond e Guimarães Rosa, também saudosos da velha Minas, educados nas tradições humanistas dos Seminários de Mariana e do Caraça, que formaram gerações de mineiros e onde o ensino clássico moldou identidades, condutas e exemplos, de que já não temos muito mais.

Roque foi presença marcante em todos os momentos em que se discutia a cultura mineira e suas questões. Deixa fecunda trajetória de realizações. Propôs à Assembleia Legislativa o 16 de julho como Dia de Minas, data da fundação de Mariana em 1696. Presidia a Academia Marianense de Letras, de fecundas sessões, púlpito de solene oratória e erudição, honrando a memória de homens como os inconfidentes Cláudio Manoel da Costa e o cônego Luís Vieira da Silva, ou o historiador Diogo de Vasconcellos, conterrâneos. Dirigiu a Fundação Cultural da Arquidiocese de Mariana, que restaurou o antigo Palácio dos Bispos e criou o Museu da

Música, que guarda raridades da Minas Colonial. Liderou seminários para discutir o desenvolvimento de Mariana além da mineração. Desapropriou terras para implantação de um geoparque, museu aberto da mineração do ouro. Publicou, em 2016, “Mariana – Assim nasceram as Minas Gerais”, em que mostra seu amor e zelo por Mariana. E muito mais.

Idealista, vereador quando jovem, estimulado pelo amigo, arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, Roque elegeu-se prefeito em 2009. Relatava, mais tarde, sua decepção em depoimento que retrata as mazelas e casuísmos da função pública no Brasil. Admirado pelos marianenses, cultuado pelos muitos amigos, Roque Camello se destaca entre tantos nomes da cultura mineira por seus atributos de cidadão e o amor aos valores de Minas e suas heranças culturais. Roque é, sobretudo, por sua personalidade e obras, um mineiro, forjado pela singular convergência de fatores históricos e sociológicos de uma época e ambientes únicos, na vetusta Mariana, onde Mário de Andrade visita e descobre, em 1919, o simbolista Alphonsus Guimaraens, juiz e poeta, espírito amargurado, mas elevado e sensível, na imponente Rua Direita, onde se ouvem os sinos da Catedral da Sé, no Angelus ao fim do dia. E descobriu a Minas setecentista, histórica e cívica, que dará inspiração ao pensamento modernista no Brasil. É neste ambiente, nesta conformação humana e cultural, que se formam pessoas que, como Roque José de Oliveira Camello, infelizmente, vão escasseando na paisagem humana mineira atual. Ao Roque, nossa homenagem e agradecimento.

\*Jornalista e escritor

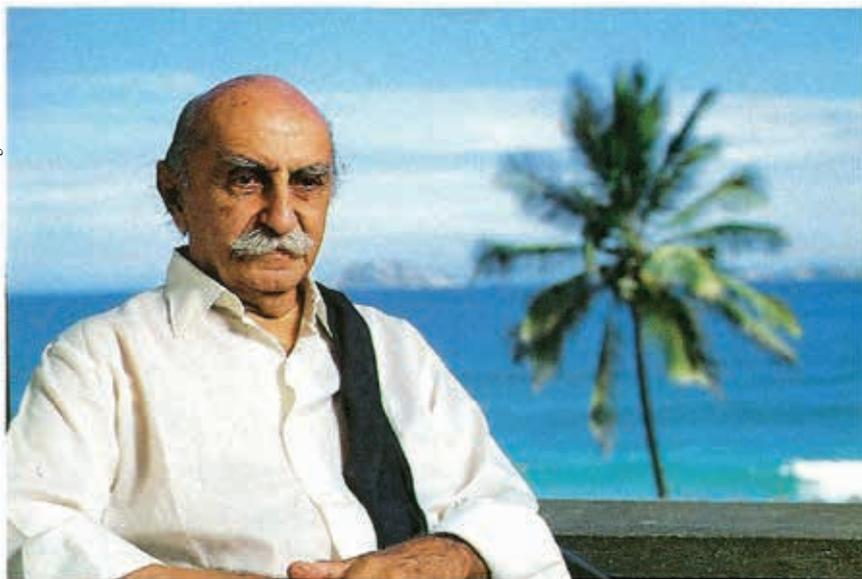




# Lucio Costa, 115 anos

Silvestre Gorgulho\*

Fotografias: acervo do autor



O arquiteto e urbanista Lucio Costa completou 54 anos em 27 de fevereiro de 1957. E, 18 dias depois, em 16 de março de 1957, doutor Lucio teve a grande vitória de sua vida: seu projeto para construção do Plano Piloto, coração de Brasília, ganhou o concurso nacional tendo sido escolhido entre os 26 concorrentes. E lá se vão 60 anos.

Vale lembrar que no mesmo dia ao anúncio do projeto vencedor, o presidente da Novacap, Israel Pinheiro, convocou Lucio Costa para ajudar a plantar seu traçado de Brasília no chão do Cerrado. Para

essa tarefa, Lucio Costa escolheu o engenheiro Augusto Guimarães Filho, que foi sempre seu braço direito. Guimarães assumiu, por sua indicação, a Divisão de Urbanismo da Novacap que, sabiamente, Israel Pinheiro decidiu mantê-la no Rio de Janeiro, instalada na sobreloja do Palácio Capanema. Já a Divisão de Arquitetura ficou em Brasília, sob o comando de Oscar Niemeyer.

Está aí a primeira data cheia deste ano da graça de 2017: há 60 anos, Brasília foi concebida na cabeça do gênio Lucio Costa e saiu do papel para aflorar em concreto, na forma de uma Cidade-Parque.

A segunda data cheia deste ano é a comemoração dos 30 anos de Brasília como cidade-patrimônio. Brasília rompeu com a tradição. Uma cidade de apenas 27 anos, foi chancelada pela Unesco, em 7 de dezembro de 1987, como Patrimônio Cultural da Humanidade. A inclusão da jovem capital do Brasil no rol dos monumentos arquitetônicos tombados pela Unesco causou polêmica e espanto. Foi algo incrível, excêntrico e até inexplicável, já que pela primeira vez um conjunto de edificações contemporâneo virou capital de um dos sete maiores países do mundo. *A Unesco que sempre se preocupou em preservar monumentos do passado para o presente, a partir de Brasília muda de rumo. Pois, ao contrário, passou a preservar para o futuro os monumentos do presente.*

Mas voltemos ao inventor desta cidade-patrimônio, que vivo fosse completaria hoje 115 anos. Ao conceber Brasília em 1957, Lucio Costa escreveu detalhadamente a Memória Descritiva com tanta propriedade e com tanta visão de futuro que, 30 anos depois, em 1987, seu trabalho tornou-se referência básica para o Iphan e para a Unesco promoverem a prote-

AP. de Brasília  
Adenda - 1986

Do estrito e fundamental ponto de vista do "design" — da composição urbana —, chegou o momento de se definir e delimitar a futura "volumetria" espacial da cidade, ou seja, a relação entre verde das áreas a serem mantidas em natura (suas cultivadas como campos, arvoredos e bosques), e o branco das áreas a serem edificadas.

Chega o "momento", digamos assim, — o último momento, diria melhor — de ainda ser possível arrebatar esse compromisso e de assim preservar, para sempre, a feição original de Brasília como cidade-parque, — a "fácie" diferenciadora da capital vis-à-vis das demais cidades do país.

*Bilhete de Lucio sobre áreas vazias, área verde*

ção legal de Brasília como Patrimônio Cultural. Assim, seu invento não só teria uma sobrevivência permanente como pôde conceituar um modelo perfeito de cidade, em três escalas, que deram sentido à Cidade-Parque.

O próprio doutor Lucio explicou numa entrevista a Cláudius Ceccon, no Jornal do Brasil de 8 de novembro de 1961: — "É o jogo de três escalas que vai caracterizar e dar sentido a Brasília... a escala RESIDENCIAL ou quotidiana... a dita escala MONUMENTAL, em que o homem adquire dimensão coletiva; a expressão urbanística desse novo conceito de nobreza... Finalmente a escala GREGÁRIA, onde as dimensões e o espaço são delibera-

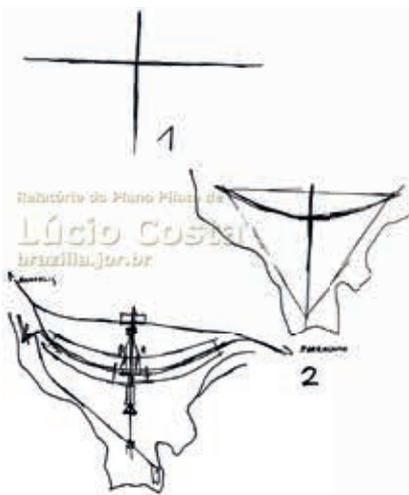
mente reduzidos e concentrados, a fim de criar clima propício ao agrupamento... Poderemos ainda acrescentar mais uma quarta escala, a escala BUCÓLICA das áreas abertas destinadas a fins-de-semana lacustres ou campestres".

Doutor Lucio sintetizava assim seu pensamento: "Urbanizar consiste em levar um pouco da cidade para o campo e trazer um pouco do campo para dentro da cidade".

Quem vive hoje em Brasília, especialmente nas Superquadras, se sente assim.

Lucio Costa era atento a tudo. Nada lhe passava despercebido. Gostava muito de ler, de escrever cartas e bilhetes e de guardar tudo

que lhe interessava. A sala de leitura de seu apartamento era um emaranhado de livros, recortes de jornais e papéis. Eram pilhas e pilhas de livros e jornais. Quem acompanha sua filha Maria Elisa Costa na página do facebook vibra até hoje com pequenas e curiosas descobertas. O interessante é que tanto os livros como cartas e recortes de jornais ficavam desordenadamente expostos. Para o doutor Lucio, os livros estavam ali de prontidão à altura de seus olhos. Todos muito vivos. Enquanto uns descansavam, outros pulavam, gritavam e andavam por entre cadeiras, sofás, mesas e estantes. Uma desordem aparente, mas muito bem organizada para seu trabalho. E de-



*Croqui de Lucio Costa*



*Lucio Costa*



*Lucio Costa na Catedral em Brasília*



*Lucio Costa em sua mesa no MEC*



*Lucio Costa em lançamento de pedra fundamental*

pois de mexidos, revirados, riscados e marcados, tudo foi meticulosamente inventariado e registrado para compor o acervo da Casa Lucio Costa.

Por falar em Casa Lucio Costa, os brasileiros têm um sonho: fazer do Touring Club, essa joia deixada ao desleixo no coração da capital, o Museu da Cidade.

Como seria bom levar para esse espaço tão nobre os desenhos do nascimento de Brasília, as plantas, as ideias revolucionárias bem como os textos inconfundíveis do doutor Lucio?

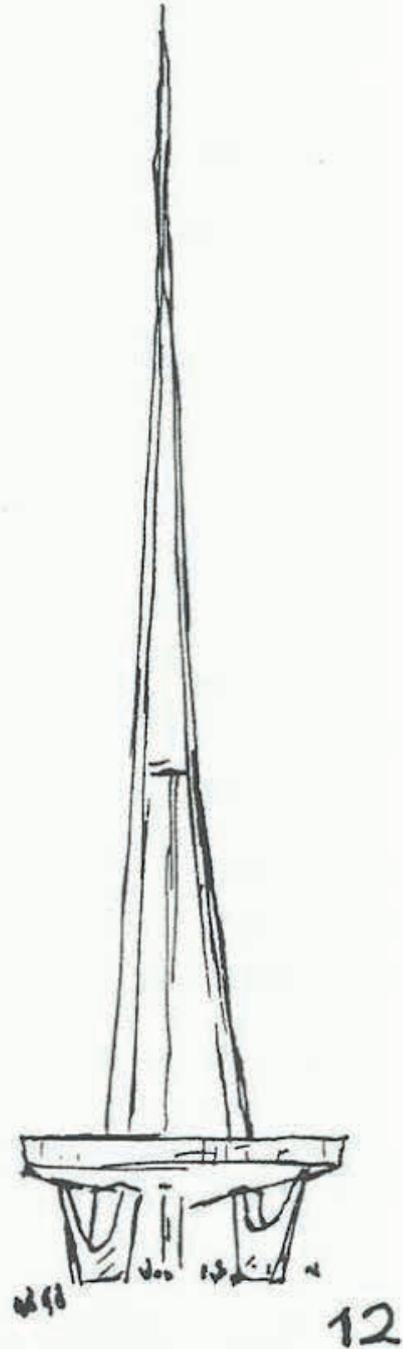
Como seria bom deixar aberto ao público brasileiro e aos turistas a obra maior do Inventor de Brasília, compilada em suas cartas, seu humor, sua magnanimidade e sua arte inconfundível?

Como seria bom cada visitante conhecer, considerar e admirar sua contribuição ao urbanismo e à arquitetura mundial?

Lucio Costa ajudou a forjar a história da mais bela obra de intervenção geopolítica do Brasil e do mundo moderno.

A construção de Brasília, além de plantar um novo sentido de convivência urbana, interiorizou a economia, ocupou o Centro-Oeste e ajudou espalhar melhor as benesses do desenvolvimento econômico pelo Brasil. Assegurou, definitivamente, a soberania sobre o território nacional.

Lucio Costa é um legítimo patrimônio brasileiro. Pensando bem, um legítimo Patrimônio da Humanidade.



*Torre: desenho de Lucio Costa*

# José Aparecido

## *Quando o ZÉ ele fincou uma lança na lua*

Há 88 anos, nascia em Conceição do Mato Dentro-MG o ex-governador, ex-ministro da Cultura e embaixador José Aparecido de Oliveira, que tinha por profissão fazer amizades.

Depois de sua cassação, em 1964, o 17 de fevereiro era comemorado como um feriado popular na sua Conceição do Mato Dentro. Gente de todos os credos, tribos de todos os quadrantes e amigos de todos os continentes.

Não era só festa, era um comício comemorativo e revolucionário.

O primeiro aniversário que participei foi em 1971. Fui de carro de Beagá com o José Eduardo Barbosa e o jornalista Carlos Castelo Branco. Estrada de terra.

Durante o jantar, foram nada menos de 87 discursos. Uns longos e outros curtos. Eu contei, pois fiquei muito impressionado. Entre o primeiro e o último discurso, servia-se coquetel, jantar, vinho, sobremesa e café.

Vou puxar pela memória dois discursos. Do Millôr e do Sebastião Nery, pois ambos estavam na minha mesa.

Millôr Fernandes foi o 28º a falar. Foi curto e grosso: “Zé Aparecido consegue romper todas as regras. Reúne em torno de si, ba-

Fotografias: acervo do autor



*Em Roma, quando da participação no Simpósio Roma-Brasília, em 1984. Na foto, Ângelo Oswaldo Araújo dos Santos, Silvestre Gorgulho (Secretário de Comunicação) Vera Pinheiro (Secretária de Cultura) e o governador Aparecido*

*bando na gravata, o que há humanamente de melhor. É aquilo que todos queremos ser: um profissional de profissionais. É capaz de transformar a pior obrigação num acontecimento lúdico. Sem falar que, para ele, qualquer acontecimento lúdico é uma obrigação”.*

Sebastião Nery foi o 35º. Foi rápido e criativo: “José Aparecido, profissão amizade. Nunca vi coisa igual. Quando os homens, os políticos estão no poder distribuindo favores e esperanças, a gente ainda entende. Mas para um político que está há sete anos cassado, riscado da vida pública e não manipula qualquer tipo de poder, é a consagração.

*Aparecido é uma honra da condição humana. Amarra pela amizade milhares de sujeitos, os mais diferentes... Como o prova esta surpreendente romaria a cada 17 de fevereiro a Conceição do Mato Dentro”.*

### **GOVERNADOR ZÉ APARECIDO**

Um lembrete: secretário particular de Jânio Quadros, deputado federal, ocupou várias secretarias em Minas e foi governador de Brasília (9.maio.1984 a 19.setembro.1988).

Como governador, José Aparecido fez um trabalho voltado para a Cultura, para a preservação e pelo



*Angela Gutierrez, Tancredo Neves, Hélio e José Aparecido*



*Silvestre Gorgulho, Dona Leonor e a ex-secretária de Cultura de José Aparecido, em Minas, Eleonora Santa Rosa, e sentado, José Aparecido de Oliveira. Na mesma semana, ele foi internado e veio a falecer no hospital em 19 de outubro de 2007.*



*“José Aparecido de Oliveira - O Melhor Mineiro do Mundo”. Lançada recentemente a biografia do político mineiro, organizada pelo jornalista Petrônio Souza Gonçalves*

resgate da obra de JK pelas mãos dos artistas construtores Oscar Niemeyer, Lucio Costa e Burle Marx que trouxe de volta.

Também criou o Jardim Botânico, fez a Ciclovia do Lago, implementou quilômetros de passeio pelas ruas do Lago Sul (para isso derrubou muitas cercas verdes) iniciou o processo de despoluição do Lago Paranoá, construiu Samambaia, começou os estudos do Metrô, combateu a ocupação irregular de terra, identificou os assassinos do jornalista Mário Eugênio, criou o Batalhão Rio Branco, fez vários monumentos (Casa do Cantador, Museu do Índio, Espaço Lucio Costa, Teatro Amador, Panteão com recursos do Bradesco), plantou e colheu sua maior obra: Brasília Patrimônio Cultura da Humanidade, em 7 de outubro de 1987.

Ganhou de Darcy Ribeiro uma frase: **“Zé Aparecido, você fincou uma lança na lua!”**

E do inventor de Brasília, ganhou este bilhete genial, quando construiu no subsolo da Praça dos Três Poderes, o Espaço Lucio Costa, onde tem uma grande maquete de Brasília:

**“Dr. José Aparecido, mais uma vez obrigado por ter dado continuidade à iniciativa do Oscar. Assim, quando já estiver farto de estar morto, continuarei vivo na praça que chamei de três poderes nesta cidade que inventei”.**

**\*Jornalista e ex-Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal**



Meio Ambiente

# Uma bela viagem ao Rio São Francisco

Zanoni Neves\*

**R**ecentemente inaugurado, o Museu Antropológico do Vale do São Francisco localiza-se em Belo Horizonte a trinta minutos do Rio das Velhas e um pouco mais distante do Paraopeba – dois importantes afluentes do grande rio. Assim, justifica-se a criação do Museu na capital mineira, cujo município pertence à bacia do Velho Chico.

A coordenação do Museu elaborou um projeto pedagógico para os dois setores que o constituem: o setor propriamente museológico, onde se encontra o acervo da instituição, e a sala de aulas onde serão realizadas palestras e cursos, e exibidos documentários. Assim organizado, o Museu cumpre a sua missão: o ensino e a difusão da cultura e do conhecimento historiográfico sobre o Vale do São Francisco através de atividades didáticas em sala de aula e *visitas guiadas* ao setor museológico. Este setor já está em pleno funcionamento, aberto à visitação pública, com um acervo que se caracteriza pela diversidade: artesanato, documentos e objetos históricos, abrigados em mostruários modernos e funcionais.

Fotografias: acervo do autor



As visitas orientadas pelo Coordenador do Museu são inteiramente gratuitas, e possibilitam uma “viagem” à cultura do Vale do São Francisco – às sub-regiões e aos afluentes.

O Museu também oferecerá minicursos e palestras à categoria dos professores. Poderão ser beneficiados os docentes das áreas de História, Sociologia, Geografia etc. bem como os estudantes universitários dessas áreas acadêmicas, que manifestarem interesse em participar.

Estudantes e professores da rede pública e particular de ensino constituem o público-alvo do Museu Antropológico do Vale do São Francisco.

## HISTÓRIA E ACERVO

Ao longo de quarenta anos, o fundador do Museu adquiriu um acervo que se caracteriza pela variedade, no qual se destacam os objetos artesanais provenientes de

sub-regiões do São Francisco. No mostruário central, por exemplo, há réplicas, em tamanho reduzido, de diversas embarcações que singraram as águas do grande rio e de seus afluentes: canoas, vapores, barcas de figura, canoas de tolda, barcas motorizadas, etc. No mesmo mostruário, podem ser observados vários exemplares das famosas carranças confeccionadas por artesãos de Pirapora, Juazeiro, Santa Maria da Vitória, e que, nos dias atuais, encontram-se também em residências, escritórios, jardins e museus ou em poder de colecionadores. Há outros mostruários, que podem ser considerados temáticos, apresentando informações específicas sobre a cultura material ribeirinha. Da pesca, por exemplo, pode-se conhecer alguns instrumentos como a tarrafa e a grozeira, sem se perder de vista as agulhas utilizadas para confecção de redes, manjubeiras e tarrafas. Uma pequena canoa completa a mostra das modalidades de pesca. O mostruário da fauna ictiológica contém peças artesanais representando o dourado, o surubim,



o pacamão (“pocomã”) e a piranha. Confeccionado em madeira, destaca-se um dourado, símbolo de Pirapora - MG. Há também um mostuário, cujo objetivo é apresentar ao visitante a casa e seus utensílios: tacho, gamela, moringa, pilão, regador, cuscuzeiro etc. Esculpido em Juazeiro - BA, um “pilãozeiro”, confeccionado em madeira, demonstra-nos como é o trabalho de pilar os cereais no meio rural. Em outro mostuário estão expostos o tear do Vale do Urucuia - representado por novelos e um belo tapete de Urucânia / Natalândia - e o crochê em forma de “rede de dormir”, confeccionado em Pirapora - MG. Armas do tipo utilizado por jagunços, estribo, carro de bois e objetos históricos compõem um mostuário que remete o visitante ao tempo da dominação coronelística, que predominou durante muitas décadas na região. Esses objetos estão reunidos sob a denominação “NO TEMPO DOS CORONÉIS...” Há também outro mostuário temático contendo objetos de uso pessoal.

Peças de artesanato em madeira, argila, pedra e metal localizam-se num amplo mostuário, também representativo de diversas sub-regiões do São Francisco. Estão ali reunidos objetos das sub-regiões dos Rios Corrente, Grande, Velhas, Jequitaiá, afluentes do São Francisco, sem esquecermos os Municípios de Pirapora, Januária (MG), Juazeiro, Bom Jesus da Lapa (BA), Propriá (SE), cidades ribeirinhas que são pólos importantes da região.

Documentos históricos diversos concentram-se em outro mostuário. São Cartas de Capitão Fluvial e Praticante-Comissário, Caderneta de Reservista da Armada, Carteira de Identidade de maquinista e de capitão fluvial – documentos expedidos pela Marinha do Brasil e pelas empresas Navegação Mineira do Rio Francisco e Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE). Objetos e documentos desta última empresa estão em outro mostuário onde se pode conhecer um mapa histórico do rio abrangendo o percurso entre as cidades de Pirapora-MG e Juazeiro-BA antes da construção da barragem de Sobradinho, mostrando também a localização de cidades intermediárias como São Romão, São Francisco, Januária, Manga, Carinhonha, Bom Jesus da Lapa, Barra, Xique-Xique, Remanso, Sento Sé etc. sem se perder de vista os afluentes navegáveis e suas locali-

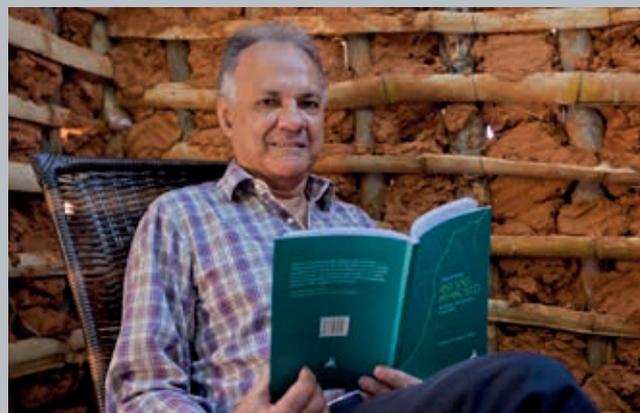
dades ribeirinhas como Barreiras e Santa Maria da Vitória. As insígnias de oficiais de bordo da FRANAVE e um prato, com logomarca, utilizado no salão de refeições dos vapores, também compõem este mostuário onde se pode admirar uma “roda do leme” (timão) em tamanho reduzido.

O projeto museográfico foi elaborado à luz de duas disciplinas acadêmicas que se complementam: a Museologia e a Antropologia Social. Mas deve-se ressaltar o seu aspecto didático: o projeto foi concebido para que a cultura e a história regional sejam facilmente compreendidas e assimiladas pelo visitante.

A sala de aulas já está equipada com vinte e cinco carteiras que se destinam aos estudantes e professores.

## O COORDENADOR

Natural de Pirapora-MG, Zanoni Neves graduou-se em Ciências Sociais na UFMG. Em 1991, defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP. Trabalhou no Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC) e em outros setores do BANCO DO BRASIL durante trinta e um anos. Foi professor de Antropologia Social na UFMG e na Comissão Mineira de Folclore/Centro Universitário Newton Paiva onde coordenou o Curso de Especialização em Cultura Popular – Pós-graduação “lato sensu”. Publicou diversos livros – dentre eles, o *Navegantes da Integração* (Editora UFMG, 2011, 2ª. edição) e *Os remeiros do Rio São Francisco* (Editora Saraiva, 2004).



# O Museu do Índio: ícone do indigenismo brasileiro

Jose Renato de Castro Cesar\*

Fotografias: acervo do autor



Artesão João Xavier Krahô. Créditos: Centro Cultural Kàjre, Povo Krahô, Aldeia Pedra Branca, TO.

O Museu do Índio nasceu da vontade e da inteligência de alguns brasileiros de estudarem e preservarem a vasta cultura ameríndia. Desde tempos imemoriais que navegadores, religiosos, aventureiros e naturalistas coletam objetos, imagens e descrevem relatos e buscam expor suas observações e percepções sobre os ameríndios, procurando conhecer, também, as percepções deles sobre eles mesmos, bem como suas formas de “*pensar, sentir e agir*”.

Através dos trabalhos do Marechal Rondon, as fotos e os filmes começam a ser produzidos. A partir de 1910, o importante acervo recolhido por Rondon, sobre a cultura ameríndia no Brasil; o que sobreviveu de um incêndio nos trabalhos técnico-científicos da famosa *Comissão Rondon*; pode ser trabalhado metodicamente por uma equipe de técnicos especialistas.<sup>1</sup>

Assim, o Museu do Índio perdurou no tempo, enquanto instituição de cultura (ligada ao Ministério da Guerra e do Interior, e, anos depois, ao Ministério da Justiça), supressando as expectativas da sociedade organizada e do público em geral e lutando para manter vivas as memórias e as lutas indígenas.

Na sua gênese embrionária, o museu nasceu do 'setor de estudos' da Comissão Rondon, cujos técnicos eram fotógrafos, cinegrafistas, artífices, geógrafos, estrategistas militares etc., interessados em imagens e conhecimento científico sobre o Brasil. Pessoas experientes na coleta, tratamento, conservação e exposição de objetos e informações referentes à cultura das diferentes etnias que habitavam o Brasil.

O 'setor de estudos' produziu, coletou e guardou acervos imagéticos, lingüísticos e físicos, através das pesquisas e dos estudos de campo realizados de 1890 até 1938, trabalhando pelo interior do Brasil, instalando linhas telegráficas, localizando e marcando as fronteiras brasileiras, os locais das tribos indígenas e dos trabalhadores rurais espalhados pelo sertão.

Com o passar do tempo, as metodologias de trabalho de campo e de laboratório precisaram ser aprimoradas, recebendo a contribuição de figuras ímpares, que trataram de cuidar e de aperfeiçoar os estudos e os métodos laboratoriais ligados à etnologia, antropologia cultural, arqueologia, sociologia, museologia etc.

Diante da diversidade de povos indígenas, linguagens, conhecimentos, informações, materiais e valores patrimoniais tão diferentes, o 'setor de estudos' foi se tornando rico, raro e importante. Em 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), devido à



Orlando Fontes (bolsista) filma a ceramista Nazária Montenegro em depoimento sobre seu trabalho na oficina de produção de cerâmica (Mai-Jun 2014). Foto: Thiago Oliveira/PRODOCLT BANIWA/PPGAS/LARMe/Museu do Índio



Reserva técnica de cerâmica, que expõe objetos de centenas de grupos indígenas que vivem no Brasil (Maio 2014). Foto: Thiago Oliveira/PRODOCLT BANIWA/PPGAS/LARMe/Museu do Índio.



Os Maxacali no Museu do Índio, 2010. Arquivo Museu do Índio.



Escola Indígena no Alto Rio Negro. Foto: arquivo Museu do Índio.



Os Maxacali no Museu do Índio. 2010. Arquivo Museu do Índio.

grande violência perpetrada contra os índios, de Norte a Sul do País, o 'centro de estudos' se tornou um centro, também, de luta e resistência pró-indígena. Era preciso defender os índios e suas culturas que não resistiam ao progresso "devastador".

Criado o Serviço de Proteção aos Índios, o 'setor de estudos' passa a recolher e a guardar os trabalhos e arquivos da Comissão Rondon, realizando pesquisas etnológicas, filmográficas, imagéticas, físico-sociais, pretendendo um melhor conhecimento das culturas e dos valores dos povos ameríndios. Com a criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), em 1939 (29 anos depois do SPI), o 'centro de estudos' passa a atender ambas as equipes (SPI e CNPI), que exigem mais pesquisas e mais arquivos específicos sobre povos indígenas. Mas, as técnicas e tecnologias começam a ficar complexas, atendendo normas internacionais.

Com o evoluir dos trabalhos administrativos e logísticos e com a complexificação das tarefas, técnicas e tecnologias museológicas, será preciso criar, em 1942, uma 'Seção de Estudos' com as devidas competências, jurisdições e finalidades definidas em decreto-lei, o que acabaria por gerar, anos mais tarde, a estrutura institucional do que é, hoje, o Museu do Índio. Denise Portugal Lasmar (2011, p. 61), quanto a este importante fato histórico e sociológico, é peremptória:

"O Museu do Índio foi inaugurado oficialmente no dia 19 de abril de 1953, em comemoração ao dia do índio americano, como um setor da Seção de Estudos, com o objetivo de divulgar os próprios trabalhos desenvolvidos pela Seção e despertar o interesse do público em geral sobre as questões indígenas"

Além de 'velhos' expertos oriundos da 'Comissão Rondon' (da Seção de Estudos), o

Museu do Índio receberá, desde os seus primórdios, os esforços, muitas vezes homéricos, de indigenistas, estudiosos e pesquisadores, gente do quilate de: Nilo Oliveira Vellozo, Darcy Ribeiro, Max Boudin, Mário F. Simões, Heloísa Alberto Torres, Ney Land, Carlos de Araújo Moreira Neto, José Carlos Levinho (seu atual diretor), Carlos Augusto da Rocha Freire, Yone Pereira Couto, Sônia Coqueiro, dentre muitos outros que se deveria nomear, e que atuaram e ainda atuam em prol da memória indígena.

O Museu do Índio cumpriu seu longo périplo por várias instituições do estado, ocupando os mais típicos lugares do *Rio Capital*, enquanto embrião de dois órgãos republicanos (SPI e CNPI). O museu funcionou algum tempo no antigo casarão do Ministério da Agricultura, na Rua Mata Machado, 127, ao lado do Maracanã, onde Darcy Ribeiro estudou, criou e dirigiu um centro de estudos de etnologia, a partir de 1947.

Os acervos desse centro, de 1930 a 1970, transitaram do Quartel-General do Exército, na Praça da República, para os porões do Instituto Benjamin Constant, na Praia Vermelha, e, depois, para o casarão antigo, no Maracanã. Dalí, o acervo e o centro de estudos foram levados para seu local 'definitivo', tal como reza a história e como comanda o destino.

Atualmente, o Museu do Índio conta com uma equipe de expertos antropólogos, sociólogos, historiadores, jornalistas, advogados, arquivistas, economistas, engenheiros, lingüistas, administradores etc., encarregados de manter as atividades laboratoriais do museu; de cuidar dos acervos e divulgar sua riqueza e raridade; de recepcionar e orientar visitantes e pesquisadores nacionais e internacionais; bem como de elaborar e avaliar projetos e pesquisas, editoração de livros, fil-



*Artesãs Maria Homrê, Iraci Hapxetep e Inês Poxêm. Créditos: Centro Cultural Kãjre, Povo Krahô, Aldeia Pedra Branca, TO*



*Os Maxacali no Museu do Índio, 2010. Arquivo Museu do Índio.*



*Primavera dos Museus, 2015. Foto Paulo Mumia, Museu do Índio, R.J.*



Atividades no Museu do Índio, 2016. Foto Paulo Mumia.



Atividades no Museu do Índio, 2016. Foto Paulo Mumia.



Atividades no Museu do Índio, 2016. Foto Paulo Mumia.

mes, CD's e demais produtos culturais e educacionais em favor dos indígenas, fomentando convênios internacionais, exposições, festas, feiras e a compra e venda de objetos culturais dos povos indígenas habitantes do Brasil.

O Museu recebe, também, algumas doações, o que é um hábito pouco comum entre os brasileiros, que, muitas vezes, guardam patrimônio arqueológico ameríndio, sem saber que é um crime, previsto em lei.

O Museu do Índio, através de sua competente equipe, procura sentir, pensar e discutir os fatos políticos que envolvem a proteção dos povos indígenas, e os discursos e os atos do poder instituído e dos vários sujeitos sociais, para poder agir, segura e intensamente, a favor do indigenismo brasileiro e da *indíologia*.<sup>2</sup>

Entretanto, a sua função precípua (do que não pode se descuidar) é a preservação, estudo, conservação e disposição, para o público, dos mais de 14 mil objetos de mais de 200 etnias, entre armas, máscaras, brinquedos, instrumentos musicais, painéis, adornos, canoas, remos, desenhos, saberes imateriais, cantos e danças, símbolos, mitos, ritos, lendas e tudo mais que compõe o que se designa por 'cultura' ameríndia (no sentido germânico de *Kultur*, tal como ensinado por Von Humboldt, o lingüista, pelos idos de 1797).

A coleção de fotos, filmes, estudos, relatórios e demais artefatos da cultura ameríndia do Museu do Índio é inigualável. São mais de 500 mil textos já digitalizados e 300 mil a digitalizar. Famoso no mundo inteiro, o museu dispõe da mais moderna tecnologia para tratamento, digitalização e conservação de peças e valores museológicos. Atua através de um inovador sistema de exposições itinerantes, visitando escolas e instituições de cultura, turismo e lazer, com seu famoso e querido projeto 'vitrine-valise'.

A Biblioteca Marechal Rondon do Museu do Índio possui em torno de 16 mil obras de etnologia indígena, antropologia cultural, história e sociologia indígena. É a mais importante biblioteca brasileira (e talvez mundial) sobre indigenismo e *indiologia*.

Como nosso destino é sermos governados por decretos, o Decreto-Lei 5.371, de 05 de dezembro de 1967 cria a FUNAI – Fundação Nacional do Índio. E o Museu do Índio, já com 14 anos, passa a integrá-la. A FUNAI foi, por alguns anos, órgão do Ministério do Interior. Em 1978, na gestão de Ney Land, o Museu do Índio ocupa sua sede, definitiva, na Rua das Palmeiras, 55, Botafogo. Um antigo casarão do Século XIX, muito charmoso e com um jardim ameno e amplo.

O Museu do Índio funciona de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas. A visitação ocorre de terça a sexta-feira, das 10:00 às 17:30 e aos sábados e domingos das 13:00 às 17:00. Conta com uma equipe de 63 servidores fixos e 39 terceirizados, encarregados do seu bom funcionamento.

As visitas guiadas devem ser agendadas pelo telefone: 21 – 32148900. Vide: [www.museudoindio.gov.br](http://www.museudoindio.gov.br)

O Museu do Índio possui, além de sua sede no Rio de Janeiro, duas unidades regionais; em Cuiabá, MT (Centro Cultural Ikuiapá) e em Goiânia, GO (Centro Cultural Indígena de Formação Audiovisual).

<sup>1</sup>Um trabalho abrangente sobre a História do Museu do Índio encontra-se em: LASMAR, Denise Portugal. *O acervo imagético da Comissão Rondon: no Museu do Índio 1890-1938*. Publicação Avulsa do Museu do Índio, Nro 03, Rio de Janeiro, 2011.

<sup>2</sup> Termo cunhado pelo filósofo e professor da PUC Minas, Prof. Pe. Ismar Dias de Matos, num seu discurso no IHG-MG.

**\*Administrador. Professor. Escritor. Integrante do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Mineira de Hagiologia.**



*Exposição "O Rio continua Índio", Museu do Índio, 2015. Foto Cristina Botelho.*



*Homenagem ao Marechal Rondon no Museu do Índio. Arquivo Museu do Índio.*



*Aldeia no Alto Rio Negro. Foto: Arquivo Museu do Índio.*

# A Memória Telegráfica

Geraldo Veloso\*

**A**lgumas linhas e terei de tecer um *hai kai*. É o suficiente. Um *hai kai* não exige mais que três versos. Compactos. Poucas sílabas transcendentais, pois poéticas. Síntese que um dia conseguirei para espantar a minha verbosidade para desenvolver raciocínios narrações e razonamentos.

No final dos anos setenta do século passado resolvi pensar um projeto de filme sobre o que chamei de literatura oral. Nenhuma novidade nisso. Guimarães Rosa, que agora nos lembra que há sessenta anos, trouxe à luz a sua obra prima, *Grande Sertão: Veredas*, numa bela edição do José Olympio, foi um atento escutador de literatura oral. E transformou a oralidade mágica de uma cultura ágrafa, em literatura fonte da mais extraordinária manifestação da sensibilidade de visão de mundo de um personagem (Riobaldo Tatarana).

Mas William Faulkner possivelmente trilhou a mesma estratégia. Ou Miguel de Cervantes? Ou J. D. Salinger em seu *Catcher in the Rye* (desculpem-me, mas o título português – ou brasileiro – do livro é muito pobre)?

Meu pai, em 1956, me falava que lia Rosa (sobre tudo *Grande Sertão*) com uma facilidade que espantava muitos teóricos que resistiam àquilo que causou, no princípio, tantas reservas no universo literário de então. Tinha morado em Paracatu na juventude e tinha uma familiaridade com a paisagem dos gerais e da grandiosidade minimal da epopéia da imensidão do cerrado (um belo paradoxo), da linguagem arcaica perdida no tempo, nas lonjuras e aleatoriedade do perene desenvolver-se, apartada de todas as condicionantes e dinâmicas, praticada por seres entregues a uma interioridade e uma solidão solipsista transcendental.

Li, já muito garoto, na revista *Sesinho*, editada pelo tio do Rosa, Vicente Guimarães (o Vovô Felício), *O Burrinho Pedrês* (que veio a ser editado dentro do seu volume pioneiro, *Sagarana*). Mas estava mergulhado na leitura de Monteiro Lobato e seus personagens do Sítio do Picapau Amarelo. Mandei para a revista *Sesinho* uma monografia sobre Monteiro Lobato e ganhei um prêmio: um joguinho de dados com peças que se moviam pelo estímulo dos números que os dados me apresentavam. Foi ali que descobri Stephane Mallarmé (!).

Mas a mágica narrativa já tinha me identificado com a vivência de personagens da área de meu pai e minha mãe (Pains, Arcos, Formiga, Pimenta, Pium-i e a beira do Rio Grande – antes do lago de Furnas – ou da Serra da Canastra, com a nascente do São Francisco). E seus personagens narradores, meus tios, meu avô paterno, meu pai. Grandes narradores. De onde vem isso? Esse impulso do narrar. Falar à beira de um fogão à lenha, à noite, tomando café adoçado com rapadura e comendo, obviamente, um pão de queijo (ou vários). Estereótipos poéticos das Minas.

Fiz o filme, com dinheiro da FUNARTE, e saiu um ensaio confessional onde, em torno do meu umbigo, falo disso – *Toda a Memória das Minas*.

E agora me encontro com duas expressões do quase esquecido universo narrativo de meu pai. Um livro e um filme realizados, ambos, por um fenômeno que misteriosamente surge daquelas quebradas: Abelardo de Carvalho.

Soube que esse garoto de Iguatama tinha feito um filme (um longa metragem) e fiquei de pé atrás. Não que não acreditasse em sua capacidade criativa, mas outro elemento me chamou a atenção: seu personagem, Luis



Garcia, havia povoado o meu imaginário infantil nas narrações de meu pai. Um jagunço que andou pela região e era temido e amado, na junção dos séculos XIX e XX. O filme, Abelardo o chamou de *Faroeste*. Centrado no personagem Luis Garcia e sua saga, até seu final. É um fenômeno desconcertante de magia cinematográfica, elegância no lidar com os limites dos recursos de produção e poesia das imagens.

Não satisfeito, encontrei Abelardo de Carvalho que me deu para ler um romance de onde pescou alguns episódios de sua saga de Luis Garcia, *Bestiário*, de sua autoria.

Leio com uma atenção hipnótica o texto dessa figura singular de Iguatama. E mergulho em um universo que me traz as narrativas de meu avô, meu pai e me dá a dimensão do que Gabriel Garcia Marques nos deu em sua revelação de *Cem Anos de Solidão* e de toda a

sua obra. Um universo de personagens, eventos, crônicas morais e narrativas que fluem com um detalhamento exaustivo de descrição, de riqueza inventiva (que, ao mesmo tempo, nos leva a perceber que o autor apenas narra o que ouviu naquela cozinha mítica das nossas moradias mineiras) e de percepção do mundo de uma sofisticação e riqueza enormes. Vem-me à mente François Rabelais e sua construção de personagens como Pantagruel, Gargantua e seu universo grotesco/épico.

Vale a pena um mergulho neste fenômeno vindo de um mistério que paira sobre a mitologia mineira, que Abelardo de Carvalho nos revela. Atenção para esse narrador (para seu filme e seu romance).

**\*Escritor, Produtor e Diretor de Cinema, Coordenador do Consórcio Mineiro de Audiovisual.**

# Constança do Serro Frio

## Escravos libertos nas Minas Gerais do Século XIX

Yonne de Souza Grossi\*

*“Ainda hoje, sua voz se confunde com a evocação dos atabaques ecoando pelos vales. E quando tudo está quieto na Fazenda do Mata Cavalo, quando dorme toda a dor e desatino dos homens, ainda se pode ouvir sua voz agônica de água entre as sombras das paredes: “Deixo livres os meus escravos, como se de ventre livres nascessem e os instituo herdeiros de meus bens”. (João Evangelista Rodrigues).*

Fotografia: SXC



*Fazenda do Mata Cavalo, Morro do Pilar*

Em 1883 vivia na Fazenda do Mata Cavalo uma senhora de terras e de escravos de nome Constança Fortunata de Abreu e Lima. Ela concede liberdade aos seus escravos, que herdou de seu pai, e os institui herdeiros de seus bens e das extensas terras dessa fazenda, situada no antigo Morro do Gaspar Soares, hoje município de Morro do Pilar, localizado na zona metalúrgica do Estado de Minas Gerais, a 155 quilômetros de Belo Horizonte.

O que se pretende aqui é libertar vozes soterradas pelo passado, examinar pegadas solapadas pelo tempo e interrogá-las sobre essa mulher nascida no Serro, Minas Gerais, filha legitimada de José Pereira de Abreu e Lima. Ao rastrear sua vida queremos convidar à decifração de sua obra, pois os escravos libertos perdem as terras em conflitos e ações judiciais. Sua resistência em nada cancela o arbítrio ou lei, em que os engenhos de contravenção sistemática reproduzem um elemento estrutural da situação de nossas elites agrárias e urbanas.

As últimas décadas do século XIX evidenciam preocupações com as possíveis transformações sociais, políticas, econômicas, culturais advindas da abolição do regime de trabalho escravo e do final do regime monárquico. Qual seria o acesso de Constança a essas realidades, determinadas pelo movimento da sociedade brasileira? É preciso conhecer o seu mundo de valores para instituir o seu espaço de locomoção social, o que a transformará no significante da interpretação de uma realidade. Como era chamada familiarmente pelos negros de Mãe Tança, pretendemos, também, engendrar o nível das relações senhora/mãe/escravos e seus desdobramentos político-sociais.

Como integrar o material coletado como um construto, cujos desdobramentos exponham as contradições da história em movimento? De que forma evocar a natureza instituinte dos conflitos de classe, quando dissimulada em dramática harmonia? O tema em questão pretende hospedar alguns desses cenários, forjados pela memória histórica da Fazenda do Mata Cavallo:

Corpo de água e pedra. Geografia fluvial no limite da cerca. No impasse da porteira. Rede vazia no alpendre da casa grande fantasma de olhos vendados contra o céu vazio. Vazio e azul. Azul e voraz. De um azul denso imaginário pasto de relíquias. No mais só resta esse desejo montanhoso de desembestar estrada afora. Perguntar aos quatro ventos com todas as bocas e vozes, todos os pássaros e mãos, todos os bichos que habitam suas vertentes e verdades: cadê mãe Tança. (João Evangelista Rodrigues)

Em 8 agosto de 1883, Constança fez seu testamento. Na peça testamentária, declara-se filha de Inácia da

Silva Campos e legitimada pelo Capitão José Pereira de Abreu e Lima; diz também que é solteira, nunca foi casada, nunca teve filhos. Seus pais já haviam falecido em 1883, como sua irmã Ignês. Constança manifesta o desejo de ser enterrada no Distrito de Morro do Pilar, na Igreja Matriz, perto de sua irmã Ignês. Ela deseja que por sua alma se digam “dois oitavários de missas”. Determina que se dê aos pobres a quantia de cinquenta mil réis e mais cinquenta mil para concertos da Matriz. Essas providências devem ser tomadas enquanto seu corpo estiver sobre a terra.

Constança do Serro Frio, pois lá nasceu, cuja existência é justificada pelo pai como um produto de solteiro, resultado da “fragilidade humana”, irá no futuro, também solteira, conviver com seus escravos, conceder-lhes liberdade, doando-lhes os bens herdados: “deixo todos os meus escravos livres como se de ventre livre nascessem e os instituo herdeiros dos meus bens, com a condição, porém, de ficarem morando, vivendo em sociedade nesta minha fazenda, sem poderem vender nem alienar, por qualquer forma e aqueles que assim o não fizerem não terão parte alguma e serão excluídos”<sup>1</sup>.

Redigido e aprovado o testamento pelo Tabelião Fernando José de Heredia, foi “cozido com cinco pontos de retrós preto e outros tantos pingos de lacre vermelho por banda, na Fazenda da Mata Cavallo, em 8 agosto de 1883”<sup>2</sup>.

José Pereira de Abreu e Lima, poeta e médico, trouxe seus escravos do Arraial de Córregos, no princípio do século XIX, depois de passar por Serro e Conceição. Fidalgo da Casa Imperial e Cavaleiro da Real Ordem do Cruzeiro, Abreu e Lima era amigo de D. Pedro II, de cuja intimidade em família participava<sup>3</sup>.

Nem reza. Nem pranto. Apenas um rio na memória do tempo indivisível. Um ofício de oferendas. A renovação cotidiana de uma esperança sem tréguas. Desassossego de família, passado de pai para filho, de geração em geração. Todos querem ver e ouvir Mãe Tança. Delinear sua figura na varanda. Ouvir sua voz. A mesma voz que em 1883 arou a terra escura e plantou na alma destes seres a utopia da liberdade, a dignidade originária da vida.

## João Evangelista Rodrigues

As mulheres depositam sua memória “no mundo mudo e permitido das coisas”<sup>4</sup>. Distanciamento e intimidade performam a teia de seu cotidiano. Assim, Constança toca seus “trastes de prata”. Testemunhos de sua condição de classe quando se torna senhora de terras<sup>5</sup>. Dá lições ao corpo cavalcando num *silião* de montaria feminina, rastro talvez de seus momentos de lazer, ou da necessidade de transitar da fazenda aos povoados vizinhos para exercício de atividades sociais e religiosas, quando as maneiras de transporte ainda eram precárias. Na região não havia estradas de ferro, e o recurso era a montaria. Na fazenda, quais seriam os cantos onde Constança gostava de se encolher para perscrutar seu mundo interior? Se descobrissemos, quem sabe, poderiam “então falar de suas estradas, de suas encruzilhadas, de seus bancos. Toda pessoa deveria fazer o cadastro de seus campos perdidos. Thoreau afirmava ter o mapa dos campos inscritos em sua alma”<sup>6</sup>. Ou será que os dramas de Constança eram murados em “suas duas canastras”, preenchendo um espaço de sua solidão, protegidos da vigência de um passado que não passou, retornado sob forma de pesadelo sobre um presente não-redimido? E as “caixas velhas” de Constança teriam fechaduras e chaves, ocultando objetos simbólicos, suporte de múltiplos sentidos desconhecidos?

Estariam comprometidos num jogo nunca tramado? “No reino dos valores a chave fecha mais do que abre. E o gesto é sempre mais nítido, mais forte, mais rápido que o gesto que abre”<sup>7</sup>. Quando “duas medalhas de ouro” adornavam aquele corpo que não foi vivido, possivelmente reprimido pelos costumes de uma época castradora da mulher? “Ouro velho” e “prata velha” falam de preocupações materiais. Já “louças, colheres para chá e tachos de cobre” nos conduzem ao mundo doméstico, aparentemente descartável, mas que revelam possuir suas permanências.

O que Mãe Tança quer dizer? Dizer para quem? Mãe: terra, fecundidade, onde, segundo a lei arcaica grega, se depositava a semente geradora de filhos (escravos de Constança). Na Grécia antiga oriental, anterior ao século

VII a.C., o direito é de consanguinidade, direito da terra. Herança e filiação são matrilineares. Grave será o delito que o filho pratica contra a mãe. Contra o pai não será considerado delito, pois o pai não é parente. A protagonista é a mãe uterina, quem determina a linhagem. Nessa concepção, é a terra que deposita a semente. Como a agricultura recorta uma questão não definida ainda, a terra será percebida como protagonista de todas as coisas. Quanto à mulher, é o apêndice da terra. Daí o duplo movimento mãe/terra, mãe/mulher, onde a subjetividade se identifica de forma clara e distinta, permitindo o surgimento do engenho arcaico. Também é possível constelar “o arquétipo da Grande Mãe: gestar, parir, cuidar, nutrir, sentir, pulsar o corpo, acolher;... ser mãe concretamente de um filho, ou simbolicamente de qualquer pessoa...”<sup>8</sup>. Todavia, como recolher os esfacelamentos interiores de Constança, para construir a emergência de um lugar protegido pela vigência do simbólico?

Invisível, o pai ainda exerce seu poder sobre a filha. Implacável, a memória da mãe é apenas o registro de um amor culpado, no fechado mundo masculino da “fragilidade humana”. Com Constança, também, nenhuma palavra que nos diga de seu destino: da mãe, apenas o nome e a cidade de origem. Identidade e lugar, elementos arcaicos de controle<sup>9</sup>. Aqui o silêncio já nos diz sobre a condição da mulher naquela sociedade.

Finalmente, a doação de Constança: por que não deixou seus bens à igreja? Que formas de negociações permearam suas relações com os escravos, a ponto de lhes delegar um mandato familiar, de permanência “em sociedade”? Esperava não só que cuidassem das terras, como também que nunca se separassem. Será que a eferescência abolicionista preocupava a Constança, levando-a a temer pela sorte de seus escravos libertos, porém despreparados para enfrentar o novo mundo de relações sociais de trabalho? Não se sabe se a ressonância das transformações pelas quais o país passava, prenunciando o final do regime de trabalho escravo e de regime imperial, atingiam as montanhas da Província de Minas, no seu isolamento dos centros de decisão e poder políticos. Posta a questão, cabe aos negros libertos por Constança assumir

a situação de proprietários e construir socialmente o estatuto de sua cidadania. As pedras da fazenda falarão de liberdade, sim. Mas também de combate e de perda.

Constança morreu em 21 de agosto de 1887<sup>10</sup>, na Fazenda do Mata Cavallo. Seu pai havia falecido em 4 de novembro de 1857. Seus herdeiros e escravos libertos, ao todo 43 pessoas, estão arrolados em seu testamento: Bina, Rita, Branca, Ernesto, Regina, Etelvina, Maria, Janoaria, Margarida, Sammuell, Irene, Generosa, Faustino, Tito, Benigna, Emília, Mônica, Neno, Rofino, João, Sofia, Processo, Felício, Rosalina, Diniz, Cornélia, Maíses, Josino, José, Bobaça, Celestina, Hipólito, Brenato, Urbano, José, Elax, Justa, Patrício, Honório, Francelina, Antônio, Custódia, Lino. Destes, 27 eram casados, 4 viúvos e 12 solteiros, isto é, sem estado civil declarado. Não há referência a filhos de escravos, lembrando-se que a Lei do Ventre-Livre é de 1871.

Rios e pedras. Cadê Mãe Tança. Nuvens e lendas. Cadê Mãe Tança. Túneis invisíveis. Cadê Mãe Tança. Tambores e ritmos. Cadê Mãe Tança. Danças noturnas. Cadê Mãe Tança. Grutas de medo. Cadê Mãe Tança. Vultos e ventos. Cadê Mãe Tança. Vozes da África. Cadê Mãe Tança. Lanças de guerra. Cadê Mãe Tan-

ça. Mar e marfim. Cadê Mãe Tança. Letras e Leis. Cadê Mãe Tança. Janela infinita. Cadê Mãe Tança. Pastores da noite. Cadê Mãe Tança. Prenúncios de morte. Cadê Mãe Tança. Chicote e senzala. Cadê Mãe Tança. Leões do deserto. Cadê Mãe Tança. Herança e suplício. Cadê Mãe Tança. Segredos de Minas. Cadê Mãe Tança.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Testamento e inventário de Constança de Abreu e Lima. 1883, Cartório do Ofício, Conceição do Mato Dentro.

<sup>2</sup> Idem

<sup>3</sup> Anotações em escrituras e registros de terras, do arquivo particular de Fernando Gomes Cardoso, Belo Horizonte. Além desses documentos, há informações verbalizadas de advogados que seguirem a tramitação dos processos (dados obtidos em entrevistas).

<sup>4</sup> ECLÉA BOSI. *Lembranças de velhos. Memória e sociedade*. São Paulo, Queroz, 1983, p.332.

<sup>5</sup> MICHELLE PERROT. <<Práticas da memória feminina>>. In: <<A mulher no espaço público>>. *Rev. Bras. de Hist.* nr 9, nr 18, ANPUH, São Paulo, Marco Zero, ago./set. 89, pp.09-18.

<sup>6</sup> M. O. MERLEAU-PONTY. *O visível e o invisível*. São Paulo, Perspectiva, 1971, p.187.

<sup>7</sup> PETER GAY. *A educação dos sentidos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p.110.

<sup>8</sup> GREGÓRIO F. BAREMBLITT. *Fabricam-se <<homens>>*. Belo Horizonte, mimeo, 1985, p.249, versão preliminar.

<sup>9</sup> ELIAS CANETTI. *Massa e poder*. Brasília, São Paulo, UnB/Me-  
horamentos, 1983, p.319.

<sup>10</sup> Testamento e inventário de Constança, op. Cit.

**\*Professora do Departamento de Ciências  
Sociais da Puc Minas**

Fotografia: SXC



# PEDRAS E SÍMBOLOS EM MINAS GERAIS

Marcos Paulo de Souza Miranda\*

A pedra é material que se encontra presente em praticamente todas as obras que foram realizadas nos primórdios de Minas Gerais, a exemplo de paredes de templos e edificações civis, muros de pedra seca, calçamentos de vias, chafarizes, alicerces, currais, marcos de divisas etc.

A profissão de pedreiro (na plena acepção da palavra) era difundida e respeitada na Capitania de Minas, além de ser um ofício regulamentado, que somente podia ser exercido por profissionais aprovados e registrados pelas respectivas Câmaras Municipais.

Mas há algo que ainda precisa ser melhor pesquisado em relação às produções dos antigos pedreiros de Minas, pois muitas de suas obras estão assinaladas com marcas e símbolos que, aparentemente, ainda não despertaram a atenção dos historiadores e arqueólogos.

Tem-se conhecimento de que as “marcas de pedreiro” estavam presentes nas antigas edificações da Idade Média, como forma de identificação dos mestres responsáveis por sua execução (*firma magister*), sendo objeto atualmente de estudos da chamada gliptografia (ciência que estuda as pedras antigas gravadas).

Para além das marcas dos fabricantes, temos conhecimento ainda sobre a presença em Minas de símbolos existentes em estruturas de pedras que, aparentemente, estavam relacionados a representações religiosas e de poder, o que possivelmente é oriundo das milenares tradições lusitanas que para cá se transportaram.

Quanto aos sinais dos fabricantes, sabemos que remonta às Corporações de Ofício do período medieval as chamadas “marcas dos mestres”, que normalmente eram compostas pelas iniciais do nome do profissional. Era uma forma de se possibilitar a fiscalização do exercício da profissão, algo parecido com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos dias atuais. Esses sinais estão presentes em incontáveis edificações portuguesas e espanholas, onde são conhecidos como “signos lapidários”.

Em nosso Estado, de igual forma, no calçamento das ruas de Diamantina, nos deparamos com muitos signos de identificação, ao que tudo indica, dos antigos pedreiros responsáveis pela produção das lajes utilizadas na pavimentação do arraial diamantífero.



Mas há também signos relacionados, aparentemente, a tradições religiosas cristãs. Na região central, nos deparamos com diversas pedras de mó, antigamente utilizadas em moinhos para produção de fubá, com a presença marcante de uma cruz. Considerando que pela diversidade de pedras que analisamos possivelmente os fabricantes fossem muitos, aventamos a possibilidade do símbolo ser utilizado de forma tradicional com o sentido de invocar alguma proteção espiritual sobre o artefato ou mesmo para abençoar o produto alimentar resultante do seu uso.



tros no que tange à concessão de terras, tradição supostamente ligado à antiga Ordem de Cristo, da qual o Rei de Portugal era Grão Mestre. As antigas sesmarias, concedidas por carta do Governador da Capitania e confirmadas pelo Rei de Portugal, precisavam ser medidas e demarcadas. No centro da propriedade era fincado um marco de pedra, chamado pião, que era assinalado com quatro cruzes voltadas para os pontos cardeais da propriedade. Nas quatro extremidades da sesmaria, normalmente de meia légua em quadra, eram afixados outros marcos, com a representação de uma cruz, que era voltada para o pião.

Na cidade de Andrelândia, Sul de Minas Gerais, localizamos dois marcos contendo esses sinais. Um deles foi resgatado da área de uma empresa de silvicultura e está exposto em uma das praças da cidade.



*Marco de sesmaria localizado em Andrelândia – MG. Presença de quatro cruzes em suas faces.*

Às margens do Caminho do Ouro, que liga Paraty a Minas, nos deparamos com duas pedras com gravações cruciformes, podendo estar relacionadas à delimitação oficial do antigo Caminho Real.



*Cruzes gravadas em pedras às margens do Caminho do Ouro*

Aventamos, ainda, a possibilidade da presença de sinais relacionados à Ordem Maçônica em estruturas de pedra produzidas no período colonial de Minas Gerais. Na pavimentação de Grão Mogol, antigo arraial diamantífero do Norte de Minas, existem representações que retratam o compasso, o esquadro e o sol, sabidamente relacionados à simbologia e às antigas práticas dos Pedreiros Livres. Em Ouro Preto, há um vetusto chariz com a representação de três triângulos equiláteros concêntricos, com possível ligação à trindade maçônica em razão de informações históricas relacionadas à propriedade em que se encontra.



*Representação do sol no calçamento de Grão Mogol*



*Chafariz com possível representação maçônica em Ouro Preto*

Por derradeiro, há símbolos presentes em pedras que, ao que tudo indica, estão relacionados às práticas de cristãos-novos. No município de Rio Acima, Região Central, existe uma verga de uma antiquíssima casa com a presença de elemento cruciforme e inscrição muito semelhantes a símbolos identificados nas antigas judiarias portuguesas e que são atualmente objeto de estudo da arqueologia judaica na Europa.

Está inscrito nos versículos de Dt. 4-9, 11, 13-21 o “Shemá”, oração fundamental do Povo de Israel que manda gravar nas ombreiras das portas e janelas as



*Possível inscrição relacionada aos Cristãos Novos, em Rio Acima*

suas palavras: “Tú as atarás à tua mão como um sinal, e serão como um frontal entre os teus olhos, tu as escreverás nos umbrais da tua casa e nas tuas portas”.

Enfim, há um campo vasto a ser explorado a fim de se identificar e tentar melhor compreender os significados dos símbolos presentes nas seculares pedras de Minas Gerais.

**\*Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande**



**A COPASA TRABALHA  
PARA A PRESERVAÇÃO,  
A CONSERVAÇÃO E  
A MANUTENÇÃO  
DOS MANANCIAIS DE  
MINAS GERAIS.**

Com o objetivo de garantir a transparência, a responsabilidade e o compromisso com ações sustentáveis, a Copasa está lançando o Pro Mananciais, um programa que, seguindo a metodologia do Cultivando Água Boa, prevê investimentos e ações diretas para a recuperação de matas, a preservação de nascentes e a recuperação de terrenos. Além disso, promove a cultura da sustentabilidade com ações de sensibilização, mobilização e educação ambiental nas comunidades em que atua.

Pro Mananciais.  
É a Copasa cuidando da água para  
as futuras gerações.



# memoriacult.com

A sua revista de cultura agora na internet.  
Veja artigos veiculados nas edições impressas  
em atualizações constantes.

Curta nossa página

[facebook.com/MemoriaCult](https://facebook.com/MemoriaCult)



Mais informações: [memoriacult@gmail.com](mailto:memoriacult@gmail.com)